



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 154/2022

Brasília (DF), 03 de maio de 2022

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório da reunião do Setor das IEES/IMES realizada nos dias 22 e 23 de abril de 2022, no formato presencial, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Luiz Henrique dos Santos Blume  
3º Secretário



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IEES/IMES DO ANDES-SN**

**Data:** 22 e 23 de abril de 2022

**Local:** Sede do ANDES-SN

### **PAUTA:**

#### **22 de abril**

**14h**

- 1) Saudação da Presidência;
- 2) Painel de apresentação dos dados da pesquisa sobre financiamento das IEES/IMES;
- 3) Encontro com a AJN sobre o PL nº 173 e 174;

#### **23 de abril**

**9 às 12h**

- 4) Painel sobre as lutas pelo retorno presencial (apresentação das SSinds);

**14 às 18h**

- 5) Encaminhamentos sobre: Campanha em defesa do setor das IEES/IMES; Semana de Lutas do Setor e Encontro Nacional;

### **1) Saudação da presidência e Coordenação do Setor**

O professor Milton Pinheiro saudou o(a)s presentes na reunião do Setor das IEES/IMES, destacando a importância dos encontros presenciais para o fortalecimento da luta.

- ✓ Situou a conjuntura que circunda as IES: educação pública geral, condições de trabalho, carreiras, no contexto internacional das lutas atuais da classe trabalhadora a partir do olhar sobre a Guerra na Ucrânia. Necessidade e ampliação das lutas dos povos, da classe trabalhadora, diante do acirramento do fascismo mundialmente. A Guerra da Ucrânia nos coloca que não há conciliação com a lógica imperialista.



### Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- ✓ No contexto nacional da realidade brasileira destacou a carestia, o desemprego, atentado às políticas públicas e aos serviços públicos. Pautou também as manifestações de opressão à classe trabalhadora por meio do racismo, machismo, lgbtqia+fóbica. Ressaltou o aumento do caixa público pela reprimariação privatista dos orçamentos, desonerando o Estado para financiamento dos serviços públicos. A força repressora do Estado é destaque nesse momento conjuntural.
- ✓ O presidente em exercício, considerou que o quadro eleitoral que se avizinha aponta para uma conjuntura ainda sem previsão no que se refere aos rumos que irá tomar.
- ✓ Diante disso analisou que as IEES/IMES de um modo geral estão colonizadas pelos Governos, atuando sem autonomia para a gestão. Com especificidades, porém com problemas e medidas de ataques semelhantes por parte do poder público.

O diretor Edmilson da Silva, coordenador da mesa:

- ✓ Saudou a retomada das reuniões dos setores, de forma presencial, como espaço de aglutinação das forças e articulação do setor.
- ✓ Ressaltou as lutas encampadas em todas as IEES/IMES, em especial a conquista de atualização no plano de carreira para as/os docentes da SINDUEPA do Pará, luta histórica do movimento docente, a luta das estaduais de Minas Gerais que sofreram um golpe com uma manobra jurídica de Minas Gerais Sr. Zema e o STF.
- ✓ Destacou a importância das IEES/IMES nas lutas em defesa da Educação Pública, seja como pioneiras na implementação das cotas raciais, na formação das professoras e dos professores dos estados e municípios e de produção de conhecimento para os Estados e desenvolvimento da Extensão alinhada às demandas locais e regionais.

### **2) Apresentação da Pesquisa do ANDES-SN sobre financiamento das IEES/IMES:**

Por Emerson Duarte:

O professor Emerson Duarte salientou a necessidade de continuidade desse esforço, no sentido de colher e consolidar as informações sobre financiamento nos Estados e Municípios, para subsidiar as mesas de negociação e lutas, ampliando o potencial das SSinds.



### Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- ✓ Informou que será elaborado um InformANDES com o resultado sistematizados até aqui por ele que ficou responsável por essa parte da pesquisa, a ser divulgado na Semana de Lutas do Setor das IEES/IMES.
- ✓ Importante o debate sobre o financiamento, se mantém na ordem do dia, e já foi pautado no Caderno nº 2, defendendo as leis estaduais específicas. p. 30.
- ✓ Chamou atenção aos mínimos constitucionais que devem, ainda, conduzir o debate e as lutas. Necessária enfrentar nos Estados a luta de incluir o Ensino Superior na lógica do Art. 212 da Constituição.
- ✓ Apresentou do histórico do Financiamento da Educação para a realidade, partir de 1934 até 1988.
- ✓ Nos Estados, de em modo geral, garantem o mínimo constitucional dos 25% para a Educação pública, no campo legal.
- ✓ Ressaltou que os Estados do RJ; MT; MG do percentual de 35% m por ter vindo de proposta de EC do legislativo, foi, incitada pelos poderes Executivos, barrado no STF pela forma, não pelo conteúdo. Na medida em que o Legislativo não deve impor condições constitucionais ao poder Executivo, a proposta deveria ser apresentada pelo Executivo.
- ✓ Apresentou as previsões legais para os investimentos nas IEES: subvinculação ausente; Percentual da MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino); Percentual da Receita Líquida de Impostos (RLI); Percentual da Cota-parte do ICMS do Estado. – para além da luta pelo financiamento é necessária a garantia da autonomia da Gestão financeira que pode ser assegurada por Lei de Duodécimos. A autonomia financeira deve estar articulada com autonomia política e pedagógica, alinhada à luta contra as listas tríplices nos Estados.

Tabela das subvinculações de financiamento nos Estados –

Estado	Subvinculação	Estado	Subvinculação
Amazonas	5% do mínimo MDE	Rio G. do Norte	2,31% até 3,08% (2022-2025) da RLI
Amapá	2% ICMS		



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Ceará	20% da MDE (capital)	Rio G. do Sul	0,5% MDE
Maranhão	20% da MDE	Santa Catarina	5% MDE em AE
Piauí	5% da MDE	São Paulo	9,57% ICMS
Paraíba	3% da RLI		

✓ Debate sobre a conjuntura posta

- **Continuidade do Processo de Reforma do Aparelho de Estado**

1. Emenda Constitucional n. 95, de 16 de dezembro de 2016;
2. Retomada do processo de privatizações e refluxo nas grandes obras do Estado;
3. Crescimento do Capital portador de juros;
4. Ampliação da concentração do capital;
5. Ajuste Fiscal em meio a Pandemia.

✓ Quebra da autonomia Universitária

- **Dispositivos Federais que sequestram o fundo público:**

1. Desvinculação da Receita da União (DRU);
2. Sistema da Dívida Pública;
3. Isenções Fiscais e recursos para o setor privado (Lei Kandir);
4. Reforma da Previdência e Administrativa.

✓ Foram feitos levantamentos da execução orçamentária (autorizada X realizada – despesas liquidadas); execução orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa (Custeio e capital); Relação entre MDE (Manutenção e Desenvolvimento do



### Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Ensino) X dados sobre IEES/IMES; 15 estados 1 município – 36 IEES e 1MES, a partir dos dados oficiais dos Governos.

- ✓ Como resultado, tem-se que em geral o movimento das Estaduais apresentam algum nível de crescimento do financiamento e um decréscimo, coincidindo com a EC95 – entre os anos de 2013 a 2015. Sempre o realizado se apresenta abaixo do autorizado.

- ✓ Síntese despesas totais

**Norte** - Pouco crescimento no geral (100 milhões). Estagnou a partir de 2013

**Nordeste** - Crescimento de 1 bilhão até 2014. Queda de 300 milhões a partir de 2014

**Centro-Oeste** - Crescimento de 270 milhões até 2014. Crescimento lento a partir de 2014

**Sul** - Crescimento de 1,5 bilhão até 2016. Estagnou em 2016

**Sudeste** – Crescimento de 8,5 bilhões até 2013. Queda de 3,5 bilhões a partir de 2013.

- ✓ Diante dos dados sobre pessoal e outras despesas correntes - há uma tendência de crescimento em função de um crescimento vegetativo, muito em função de pequenas reposições, alguns reajustes pontuais.

- ✓ Síntese de despesas com Pessoal

**Norte** - Crescimento

**Nordeste** - Redução a partir de 2014

**Centro-Oeste** - Crescimento

**Sul** - Estagnação a partir de 2016

**Sudeste** - Redução a partir de 2015

Efetivamente onde os cortes estiveram presentes, despesas Custeio.

Há uma queda significativa nas despesas com Capital.

Síntese de despesas com Custeio

**Norte** - Redução a partir de 2011

**Nordeste** - Pequena redução a partir de 2015

**Centro-Oeste** - Estagnação a partir de 2013

**Sul** - Estagnação a partir de 2011

**Sudeste** - Redução a partir de 2013

Síntese de despesas com Capital

**Norte** - Redução a partir de 2008

**Nordeste** - Redução a partir de 2011

**Centro-Oeste** - Redução a partir de 2014

**Sul** - Redução a partir de 2009

**Sudeste** - Redução a partir de 2013

Síntese das Despesas totais



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Síntese das Despesas com pessoal geral



Síntese das Despesas com Custeio



Síntese das Despesas com Capital

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

### Financiamento IEES/IMES



Indicações de luta:

Impulsionar a categoria docente aos processos de luta em defesa da Autonomia Universitária;

Denunciar os governos que atacam o financiamento público das Universidades Públicas;

Pela imediata revogação da EC-95;

Pela taxação das grandes fortunas para o financiamento da saúde e educação pública e gratuita;

Suspensão imediata e auditoria da dívida pública;

Ampliar constitucionalmente o MDE nos Estados e Municípios.

Avançar na construção da subvinculação às IEES-IMES

Após a apresentação foi aberto o debate às 16h45

- Paulo / ADUNICAMP: Parabenizou a apresentação e resgatou a trajetória de construção do olhar sobre estas demandas. Apresentada a proposta às SSinds de fazer alguns estudos a partir dos dados desagregados, por Estado ou SSind. Sobre as discrepâncias das despesas entre autorizados e realizados sobre as bases de dados, que podem estar caminhando em paralelo. Também ressaltar as estratégias entre empenhados e executados, que as SSinds devem ajudar na análise de interpretação dos dados. Em SP é utilizado o pagamento das/os aposentadas/os para as despesas com



## Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

peçoal (atentar a estes casos), estão nas folhas das IEES no Estado de SP. Salientou a importância das SSinds se debruçarem sobre os dados para a necessária interpretação no sentido das realidades políticas.

- Alexandre ADUSB: Parabenizou a apresentação e reforçou a trajetória de investimento do ANDES-SN na exploração destas demandas. Devendo contribuir para que o Sindicato Nacional desenvolva política e estratégias de lutas para o Setor sobre orçamento e financiamento. Relativamente sobre as carreiras, na medida em que há diferenças, alguns elementos da conjuntura podem ser destacados como pontos de luta: política de isenções fiscais; estratégias de congelamento salarial (números falseados pelo aumento da arrecadação; inflação); União como devedor dos Estados pelo não pagamento pela lei Kandir; A questão das reformas das Previdência (a contratação de temporário(a)s impactam a não arrecadação, estando os Estados criando déficit nos sistemas previdenciários). Sobre a subvinculação, numa perspectiva de exemplos de leis em São Paulo e Paraíba pareceu positiva, ainda que haja necessidade de muita luta para sua efetivação. Num outro sentido a realidade do Paraná, pelo ataque a autonomia universitária e a experiência do Rio apresentaram graves problemas. Neste sentido o acumulado geral ainda se coloca a defesa da constituição. Há de se considerar, para uma defesa de subvinculação, a radical defesa da autonomia, financeira e de gestão das IES e estratégias de atualizações e revisões, pela luta pela cota-parte do ICMS nos estados. Atacar o discurso raso de muitos governos na disputa entre os recursos em educação: Ensino Superior e os recursos para a Educação Básica.

- Rosineide - Diretoria: Informe sobre o processo de incorporação da UEZO pela UERJ: foi um processo forjado no âmbito da comunidade acadêmica, no sentido de garantia de direitos e consolidação do Ensino Superior Público Estadual na Periferia da Cidade do Rio de Janeiro, Zona Oeste. Houve muita luta, com adesão importante dos movimentos sociais da Zona Oeste. As reitorias das IEES se articularam para a elaboração da lei de incorporação, apresentada e articulada entre poder executivo e legislativo, culminando na aprovação no mês de março. No dia 12 de abril foi realizada a Assembleia Geral de dissolução da SSind, com a participação da representação da Secretaria Regional RJ do ANDES-SN e da presidência da ASDUERJ, consolidando a adesão e incorporação das/os docentes da então ADUEZO à ASDUERJ. Esse processo de incorporação representa uma vitória da Comunidade Acadêmica.

- Ramos ADUERN: parabenizou a apresentação. Apresentou as especificidades da realidade da UERN. Salientou a importância da investigação sobre os dados acerca do orçamento das IES. Sobre o processo de orçamento recente conquistado na UERN há a compreensão dos problemas de gestão financeira. Combate às oligarquias que dominam



## Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

a gestão de UERN. Sobre a proposta de autonomia da UERN: a partir de dados de receitas aprovadas, e executados que chegou ao máximo de pouco mais de 3%, daí apresentados os números, de até 3,08%. E pela avaliação da seplag alteraram para receita líquida de impostos e não RCL. Os dados são baseados em projeções de arrecadação. O que está sendo proposto para este ano de orçamento se colocaria inviável para a IES. Sobre o PCCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração), mas há problemas para algumas situações de docentes que no reenquadramento tiveram perdas salariais.

- Edmilson – Diretoria: Falou sobre a situação do Paraná sobre a análise de subvinculação para o orçamento das IEES.

- Emerson SINDUVA: Fez observação dos dados sobre o nordeste: há convênios das áreas de tecnologia internacionais para compra de equipamentos. Os governos usaram estes convênios para compra de equipamentos para outras áreas como segurança e saúde. Há um jogo de compra de equipamentos pela secretaria de ciência e tecnologia para uso da secretaria de segurança (Consta um helicóptero no patrimônio da UVA que nunca foi visto na universidade). Há malabarismos fiscais que impactam as análises do orçamento.

- Bessa SINDPROL/ADUEL: parabenizou a apresentação. Sinalizou que o marco de mudança nos orçamentos foi 2013, para a maioria. Aumento de pessoal, no Paraná, coincidiu com a realização de concursos públicos. Pensar na contribuição da formação das IES para a sociedade, para combater o discurso de custo/aluno. Salientou a derrota da Lei Geral das Universidades.

- Rosineide. Alinhamento do ataque nos Estados, dos governos, tanto os de alinhamento político partidário ao governo federal, como os ditos de oposição, os governos do PT. Destacou a necessidade de consolidar a compreensão de que os ataques sofridos pelas IEES/IMES, quer seja por uma política de desfinanciamento e ataque às carreiras.

- Elizabete ADUEPB: parabenizou a apresentação. Destacou a luta da ADUEPB sobre a regularização dos duodécimos. Houve recomposição de 10%, luta junto ao Fórum das/os Servidoras/es. As progressões ainda se mantem congeladas.

- Sâmbara - Diretoria: Questionou como cruzar e visualizar melhor os dados de modo a revelar que os ataques às IEES/IMES estão alinhados entre os Estados e Municípios. Ainda que tenham especificidades, a deterioração dos direitos conquistados, e do financiamento público se assemelham nas diferentes realidades. Precisamos desvelar o



## Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

significado disso e construir lutas articuladas que contribua mais fortemente nesse enfrentamento. Salientou a importância desta pesquisa, no sentido de instrumentalização da luta do setor e de cada SSind. Relembrou da *live* realizada na semana de lutas do Setor IEES/IMES a apresentação da pesquisa e dos dados do Paraná. Convocou as SSinds para o esforço de continuidade da pesquisa, com subsídios de dados. Destacou as demandas que os dados sinalizam para a luta: financiamento, carreira, condições de trabalho, concurso público. É necessária a apropriação de todas essas dimensões para ampliar as possibilidades da organização e luta.

- Daniele ASDUERJ: questionou sobre os impactos de uma política de subvinculação sobre as IES. Salientou a importância deste espaço como de troca de experiências sobre as lutas e impactos na luta, bem como da necessidade de que sejam forjados outros espaços como este painel.

- Emerson Duarte: destacou como sensível o debate sobre subvinculação de orçamento para as IEES/IMES, pois se faz necessário ter estratégias bem estruturadas para efetiva garantia de ganhos orçamentários para as IEES/IMES. É preciso aprender com os “erros” cometidos nas estratégias nos Estados e criar novas condições de negociações e construções de legislações para financiamento, associada a garantia de autonomia de gestão financeira e despesas de pessoal. Sabendo que ainda assim há de se ter vigilância e luta contínua para efetivação das leis. Sobre a dimensão das/os aposentadas/os na folha das IES citou o caso de Santa Catarina que o TCE obrigou o Estado a retirar do quadro a folha de pessoal da ativa. A questão da MDE para os Estado está na condição da LBD responsabilizar os Estados pela Educação Básica, omitindo o Ensino Superior, neste sentido há disputa orçamentária sobre o artigo 212 da constituição. O que aponta construir negociação via executivo de propostas de subvinculação baseada em estudos atualizados e com projeções fieis a realidade do Estado e do orçamento das IES. Na mesma força os Planos de carreira. Apresentou os materiais que serão disponibilizados, que apresentam como possibilidade o olhar desagregado dos dados e tabelas com os valores gerais levantados. Construção de um InforANDES para a semana de luta dos setores e *links* de acesso a banco de dados. Salientou que cada SSind terá a pesquisa como ponto de partida e que os dados devem ser interpretados e qualificados a partir de cada realidade, no sentido de contribuir para direcionar a política e o debate sobre financiamento e carreira.

Às 18h20, o diretor Edmilson encerrou a mesa agradecendo pela apresentação e pelo bom debate.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

### **3) Painel de Análise da lei complementar 173 e 174**

Rodrigo Torelli - Assessoria Jurídica Nacional

Coordenação: Rosineide Freitas

A exposição destacou os seguintes aspectos:

- ✓ A Lei Complementar nº 173, publicada em 27 de maio de 2020, estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento da Covid-19, com a justificativa de reequilibrar as finanças públicas da União, dos Estados e dos Municípios.
- ✓ Uma das medidas para esse suposto controle das finanças foi a determinação de que a União, os Estados e Municípios estariam impedidos de computar o tempo de serviço para concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licença-prêmio ou qualquer outro mecanismo que aumentasse as despesas do órgão público com seus/suas servidore(a)s público(a)s até dia 31 de dezembro de 2021, conforme prevê o artigo 8º da referida Lei Complementar.
- ✓ Diante desta LC, varias ações judiciais, em defesa dos direitos do(a)s servidore(a)s, entenderam pela inconstitucionalidade desse dispositivo legal e negando sua aplicação, especialmente por violarem a autonomia dos Estados que possuem leis próprias, uma extrapolação dos poderes que o artigo 169, da Constituição Federal, outorga ao legislador e uma quebra da isonomia entre os Estados, pois não se pode dizer que todos os Estados estavam em situação de calamidade financeira para necessitar medidas de congelamento para seus/suas servidore(a)s público(a)s.
- ✓ Houve, também, propositura das ações Diretas de Inconstitucionalidade sob os nº 6.442, 6.447, 6.450 e 6.525, bem como vários Recursos Extraordinários acerca do tema, levando o Supremo Tribunal Federal a realizar a análise do Recurso Extraordinário 1311742, decidindo pela constitucionalidade do artigo ora debatido e pelo congelamento da contagem do tempo de serviço para fins de adicionais.
- ✓ A argumentação do Supremo Tribunal Federal é de que não existe espaço hermenêutico para interpretação divergente do disposto na própria Lei Complementar, bem como que o artigo 8º, tem como finalidade evitar a irresponsabilidade fiscal, eis que não houve a redução do salário do(a)s servidore(a)s, apenas a proibição do aumento de gastos com pessoal de forma temporária, ou seja, durante o enfrentamento da pandemia.



## Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- ✓ Um fato novo foi a sanção da Lei Complementar 191 de 8 de Março de 2022, que alterou o artigo 8º da Lei Complementar nº 173, liberando a contagem do tempo suspenso para aquisição de vantagens nas carreiras (maio/2020 a dezembro/2021) apenas para o(a)s servidore(a)s civis e militares das áreas da segurança pública e saúde. Portanto, abre-se mais um argumento para levar esse questionamento mais uma vez ao judiciário. O argumento agora é a quebra da isonomia.
- ✓ A AJN também se manifestou, mencionando que o texto da Lei Complementar nº 173/2020 trouxe diversas previsões que afrontam o texto constitucional, em especial quanto à irredutibilidade de vencimentos, a vedação dos retrocessos sociais, a autonomia universitária e a isonomia, que são passíveis de gerar enfrentamento judicial específico.
- ✓ Conclui-se que a pauta de ajuste fiscal à custa do(a)s servidore(a)s e empregado(a)s público(a)s permanece latente, mesmo diante da maior situação de risco já enfrentada pela população mundial. Apesar da absoluta ausência de dados técnicos que sinalizem que as medidas restritivas deveriam durar até 31.12.2021, o arrocho fiscal promovido pela LC 173/2020 parece se tratar mais de uma medida preparatória às eleições de 2022.
- ✓ Por fim registra-se que em 10.02.2022 foi protocolado no Senado o PLP 04/2022, de autoria do senador Alexandre Silveira (PSD-MG), o qual prevê estender para todos/todas o(a)s servidore(a)s público(a)s do país os benefícios concedidos às áreas da segurança pública e da saúde pela LC 191.

Após a exposição do Rodrigo Torelly, os/as representantes das seções sindicais apontaram como a LC rebateu nas Instituições Estaduais e Municipais e quais as medidas encaminhadas diante dos prejuízos para os/as servidores/as. Os relatos serão enviados à Secretaria pelas Seções Sindicais para constar no anexo desse relatório.

### **23 de Abril de 2022**

**9 às 12h**

#### **4) Painel das Seções Sindicais sobre Retorno Presencial**

Cada Seção Sindical Relatou como se deu o processo de retorno presencial no que se refere a condução da administração e as lutas empreendidas pelas SSind para assegurar o debate democrático nas decisões e condições sanitária e infra-estruturais para um



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

retorno seguro. A referência para o retorno seguro teve como base, além das orientações da OMS, o plano sanitário do ANDES-SN, bem como, aqueles planos construídos pelas SSind de acordo com a realidade das IEES/IMES. Esses informes foram ou serão enviados por e-mail para constar nos anexos desse relatório.

**14 às 18h**

**5) Encaminhamentos sobre: 1. Campanha em defesa das IEES/IMES; 2. Semana de luta das IEES/IMES e 3. Encontro Nacional das IEES/IMES.**

### **1. Campanha em Defesa das IEES/IMES**

A Coordenação do setor das IEES/IMES apresentou a campanha nos seguintes termos:

TEMA GERAL DA CAMPANHA:

Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES, por orçamento público estatal, com autonomia de gestão financeira, política e pedagógica, em defesa das carreiras, com concursos públicos, recomposições salariais e por melhores condições de trabalho, contra a política de congelamento de progressões, promoções e gratificações e das diferentes estratégias de privatização.

MOTE:

“Defender as Instituições de Ensino Superior Estaduais e Municipais públicas é fortalecer a Educação Pública de qualidade para todas e todos”

Chamada da Campanha: “Universidades Estaduais e Municipais: quem conhece, defende!”

SOBRE OS VÍDEOS:

Tema 1: Apresentação da ação da Campanha, promover engajamento das Seções Sindicais (SSinds). Valorização e defesa das IEES/IMES

Tema 2: Sobre a qualidade do trabalho realizado pelas IEES/IMES (destacar: Foram as Pioneiras na Política de interiorização do ensino superior e técnico nos Estados; São produtoras de conhecimento sobre e para os Estados. As IEES/IMES contribuem para o desenvolvimento regional, tecnológico e científico e movimentam a economia local).

Tema 3: As IEES/IMES como responsáveis pela formação da maioria das/os professoras/es da Educação Básica dos Estados e Municípios.



## Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Tema 4: Sobre o pioneirismo das IEES/IMES na implementação das políticas de cotas sociais e raciais (as pioneiras: UNEB; UERJ; UENF).

A política do ANDES-SN é independente de Governos, Partidos e Reitorias, nas defesas que se colocam como centrais, assim a narrativa sobre as políticas de cotas deve salientar a trajetória de ações afirmativas, de reparação história, de inserção da classe trabalhadora nas IES.

Tema 5: Sobre o financiamento das IEES/IMES e o projeto de cortes no orçamento promovido pelos diferentes Governos Estaduais e Municipais, destacando que há um projeto em curso de desfinanciamento público da IEES/IMES que passa pelo ataque ao funcionalismo público nos Estados e Municípios.

Tema 6: Sobre a necessidade de recomposição salarial e melhorias das condições de trabalho: ensino, extensão e pesquisa. Destacando a corrosão salarial pelo congelamento dos salários, o PL 173 que indicou a suspensão da contagem de tempo para progressões e promoções na pandemia. Condições de trabalho. Caso Bahia.

Tema 7: Sobre as carreiras: que estão sendo desmontadas pelos governos estaduais e municipais, com a ausência de concursos públicos, realização de concursos sem a Dedicção Exclusiva (CE) e ausência de Planos de Carreira.

Tema 8: Sobre os atuais ataques à formação de professoras/es promovidos pela BNC-Formação, no sentido de aligeiramento da formação, desvalorização dos estágios de docência e pesquisas da e para a área das licenciaturas.

Tema 9: Sobre o processo de democracia interna das IEES/IMES, no sentido das eleições à reitoria se iniciarem e se encerrarem no âmbito das instituições (combate à lista tríplice), Que este processo deve ser pautado pela Constituição (Art. 207). E que as IEES/IMES tenham garantida sua autonomia de gestão financeira e político científica, a partir de recursos públicos.

Tema 10: Chamado para engajamento na Defesa das IEES/IMES: “Não queremos mais, nenhum direito a menos”! Nossas lutas em imagens! (música “Nenhum direito a menos”, autoria Paulo Moska). Universidades Estaduais e Municipais, quem conhece, defende.

Sugestões que surgiram no debate:

Incorporar o impacto na previdência nas condições de vida e trabalho docente, falta de concursos públicos e contratação de docentes temporário(a)s/substituto(a)s.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Pensar na condição da gestão universitária na perspectiva da defesa da democracia interna nas IEES/IMES.

Incorporar a formação da classe trabalhadora: Demandas estudantis, política de assistência estudantil.

Semana de lutas como estratégia de aglutinação das lutas em âmbito nacional

Valorização da possibilidade de continuidade da campanha por parte das SSinds para além do mês indicado pelo 40º Congresso do ANDES-SN.

Lembrar as dimensões de lutas e defesas acumuladas no nosso setor: Financiamento; carreira; autonomia; multicampia; fundo público.

## **2. A Semana de Luta das IEES/IMES**

A Coordenação apresentou o histórico e importância da semana, já aprovada no 40º Congresso do ANDES-SN para acontecer de 23 a 27 de Maio de 2022, com enfoque na campanha.

O debate com o conjunto do setor das IEES/IMES definiu pelos seguintes encaminhamentos:

Com tema da Semana de Lutas do Setor: quem conhece, defende!

23/5 - *Live* de abertura da Semana e Lançamento da Campanha – apresentação dos vídeos da Campanha.

Articulação da semana com a identidade da campanha e veiculação das primeiras peças.

## **3. 18º Encontro do Setor das IEES/IMES**

A Coordenação do Setor apresentou a Proposta de data e Tema para o Encontro que foi integralmente acatada:

Tema: Financiamento, condições de trabalho docente e lutas nas IEES/IMES: Quem roubou nossos direitos?

**Data do encontro:** 19, 20 e 21 de agosto.

Sobre o local de realização a ADUNICAMP se propôs a sediar e foi bem acolhida pelas demais SSind, mas declinou em favor do SINDIPROL/ADUEL, considerando a importância política do apoio a essa Seção Sindical na conjuntura atual.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**Local:** Sindipro/ADUEL - Londrina

Mediante intenso debate foi aprovada o seguinte roteiro de Programação:

- ✓ Painel das SSinds, com 10 minutos para cada para que possam apresentar a situação da sua SSind sobre: ) sobre condições salariais; carreira e financiamento das Instituições.
- ✓ Mesa 1: As consequências das Contrarreformas das previdências nos Estados e Municípios, que ajude a pensar sobre a disputa sobre o fundo público e financiamento das IEES/IMES.
- ✓ Mesa 2: Trabalho e adoecimento docente
- ✓ Grupos de discussões com a perspectiva do debate sobre estratégias de mobilização em torno dos temas apresentados nas mesas, “O que fazer”.
- ✓ Plenária final com a apresentação da síntese dos debates tidos nos Grupos de Discussão.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## ANEXO I

### PRESENTES NA REUNIÃO DO SETOR DAS IEES/IMES – 22 e 23/04/2022

#### DIA 22/04/2022 - TARDE

**DIRETORIA:** Rosenide Cristina de Freitas, Sâmbara Paula, Edmilson A. da Silva e Milton Pinheiro.

**SEÇÕES SINDICAIS:** **SINDIUVA** (Emerson Ferreira de Almeida); **ADFURN** (Francisco Ramos Nunes); **ADUEPB** (Elizabeth Carlos do Vale); **ADUFS-BA** (Elson Mouro Dias Júnior); **ADUSB** (Alexandre G. Carvalho); **APUG** (Antônio Jerônimo Netto e Gilberto Correia da Silva); **ASDUERJ** (Daniele B. Brandt); **SESDUENF** (Ricardo André Avelar da Nóbrega); **ADUNICAMP** (Paulo Cesar Centoducatte) **SINDIPROL/ADUEL** (César Bessa).

**CONVIDADO:** Emerson Duarte Monte

#### NOITE

**DIRETORIA:** Rosenide Cristina de Freitas, Sâmbara Paula, Edmilson A. da Silva e Milton Pinheiro.

**SEÇÕES SINDICAIS:** **SINDIUVA** (Emerson Ferreira de Almeida); **ADFURN** (Francisco Ramos Nunes); **ADUEPB** (Elizabeth Carlos do Vale); **ADUFS-BA** (Elson Mouro Dias Júnior); **ADUSB** (Alexandre G. Carvalho); **APUG** (Antônio Jerônimo Netto e Gilberto Correia da Silva); **ASDUERJ** (Daniele B. Brande); **SESDUENF** (Ricardo André Avelar da Nóbrega); **ADUNICAMP** (Paulo Cesar Centoducatte) **SINDIPROL/ADUEL** (César Bessa).

#### DIA 23/04/2022

#### MANHÃ

**DIRETORIA:** Rosenide Cristina de Freitas, Sâmbara Paula e Edmilson A. da Silva

**SEÇÕES SINDICAIS:** **SINDIUVA** (Emerson Ferreira de Almeida); **ADFURN** (Francisco Ramos Nunes); **ADUEPB** (Elizabeth Carlos do Vale); **ADUFS-BA** (Elson Mouro Dias Júnior); **ADUSB** (Alexandre G. Carvalho); **APUG** (Antônio Jerônimo



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Netto e Gilberto Correia da Silva); **ASDUERJ** (Daniele B. Brande); **SESDUENF** (Ricardo André Avelar da Nóbrega); **ADUNICAMP** (Paulo Cesar Centoducatte) **SINDIPROL/ADUEL** (César Bessa)

## **TARDE**

**SINDIUVA** (Emerson Ferreira de Almeida); **ADFURRN** (Francisco Ramos Nunes); **ADUEPB** (Elizabete Carlos do Vale); **ADUFS-BA** (Elson Mouro Dias Júnior); **ADUSB** (Alexandre G. Carvalho); **APUG** (Antônio Jetonimo Netto, Gilberto Correia da Silva); **ADUNICAMP** (Paulo Cesar Centoducatte) **SINDIPROL/ADUEL** (César Bessa)



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## ANEXO II

### INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

#### APUG

• Data Base: Nossa data base é janeiro. O sindicato ajuizou uma ação para cobrar a implementação da data base de 2019 e os retroativos da data base de 2021. Uma audiência para um acordo judicial já está marcada para o dia 28/04/2022. Com relação a data base de 2022, já foram feitas várias reuniões e até o presente momento não temos nada de concreto, apenas mais uma reunião agendada com a prefeitura para o dia 28/04 para negociarmos o índice de 10,06%. • Progressões: As progressões (horizontais e verticais) estão atrasadas desde 2018. O sindicato já tem protocolado uma ação coletiva que foi indeferida na primeira instância. Protocolamos um agravo interno no tribunal e na semana passada foi determinado o prosseguimento do processo, que estava suspenso, com o objetivo de implementação e pagamentos dos valores retroativos. Alguns professores entraram na justiça de forma individual e a mesma vem concedendo favorável o pedido da progressão, porém a Universidade vem recorrendo da liminar. • Adicional noturno: Temos uma ação com sentença favorável e a fundação quer fazer um acordo judicial em conjunto com a audiência da data base. • Dedicção Exclusiva: A reitoria em conjunto com a Fundação tentaram retirar esse direito que está amparado na nossa lei 1755/2008 do plano de carreira e salários. A fundação emitiu uma portaria estabelecendo vários artigos que afrontam nossa lei, como por exemplo, se um docente estiver de licença, seja para tratamento de saúde ou capacitação, este docente perderia sua DE. A reitoria chegou a publicar um edital no qual tratava a Dedicção exclusiva como uma gratificação e não um regime de trabalho como diz nossa lei. O edital contemplava várias aberrações e afrontas ao nosso plano de carreira e salários, mas foi graças a luta do nosso sindicato que conseguimos anular o edital no Conselho Superior Acadêmico (Consup). A APUG também entrou com uma ação para garantir o regime de dedicação exclusiva dos docentes. • Estado de greve: A APUG, AsaUnirG e SISEMG estão unidos e sempre que possível articulando estratégias para cobrar da prefeitura municipal de Gurupi a recomposição salarial deste ano que até o momento não foi repassado nada ainda. Os 3 sindicatos já deliberaram que se nessa reunião do dia 28/04 não seja apresentada uma proposta de recomposição salarial para as três categorias, estes vão convocar assembléias para decretar greve geral dos servidores municipais de Gurupi.

#### ADUENF/ SESDUENF



## Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Formação de comissão de Retorno Presencial para garantir as condições necessárias para o retorno presencial seguro em termos sanitários. O “Comitê da Crise” da administração não publicizou as ações tomadas no período. A reitoria ignorou o documento encaminhado pela comissão tirada em assembleia. A comunicação da ADUENF produziu várias matérias jornalísticas denunciando a situação da superlotação das salas e ausência de ventilação natural em várias salas da universidade.

A plenária virtual contou com a presença da companheira Elisabeth Barbosa, da Regional RJ do ANDES-SN e procedeu a sessão do Conselho Universitário sobre o tema. Houve participação de representações estudantis e dos servidores técnicos da universidade. A comissão denunciou a impossibilidade de se seguir determinação da portaria da reitoria, com distanciamento de 1,5 metro entre os estudantes e a fiscalização do uso de máscaras e dos certificados de vacinas, diante da falta de determinação de quem seriam tais atribuições.

Embora a cidade de Campos dos Goytacazes tenha recentemente liberado o uso de máscaras a exigência persiste nas universidades. Há totens de álcool em gel, mas outras condições, como funcionamento do restaurante universitário, não foram atendidas.

O semestre letivo se iniciou em 07/03 e a vacinação e testagem estão disponíveis no campus. Não foram reparados ???? até o presente momento. Outras condições de retorno não foram atendidas, como o adequado funcionamento do sistema acadêmico.

O DCE estranhamento fez um comunicado direcionado aos estudantes, assumindo uma atribuição da reitoria e demonstrando seu alinhamento incondicional e submissão à administração.

### **ADUSB**

A UESB instituiu o Retorno Remoto, aprovado no Consepe, sob forte resistência da ADUSB. Foi instituído um Comitê Emergencial na Universidade, sem a presença da ADUSB. O retorno das atividades presenciais foi aprovado no Consepe. A Adusb realizou uma assembleia para discutir o tema e endossou a defesa do ensino presencial e aprovou o retorno condicionado às seguintes condições de biossegurança: vacinação comprovada de toda a comunidade acadêmica; EPI: máscaras obrigatória,



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

álcool, banheiros adequados e postos de higienização; distanciamento social e liberação de docentes de atividades presenciais que apresentem comorbidades.

Foram enviados pedidos de reunião junto à reitoria , mas não fomos atendidos. O governo do Estado decretou o uso facultativo de máscaras no Estado . Na UESB o uso está mantido.

## **ADUFS-BA**

### **PAINEL SOBRE AS LUTAS PELO RETORNO PRESENCIAL**

Organizamos uma apresentação que descreva sinteticamente, pelo menos, 3 períodos: a) um primeiro período que trata da **luta contra o retorno**: momento em que governos, tanto federal quanto estadual, pressionam a universidade para um retorno precoce; b) **acompanhamento do processo de decisão do retorno**: quando a assembleia condiciona o retorno à cobertura vacinal e avaliação das condições sanitárias (geral e local); c) em tendo retornado presencialmente no semestre em curso, 2022.1, relatamos o **acompanhamento das condições do retorno**, especialmente a exigência de distribuição de máscara por parte do Governo e Reitoria e, como último acontecimento, o embate com a Reitoria que de forma autocrática decidiu pela facultatividade da máscara (baseado no decreto do Governrp Estadual).

#### **LUTA CONTRA O RETORNO:**

27/04/2021- Administração da Uefs libera algumas atividades. Embora críticas ao formato remoto (por conta das condições impostas aos/às docentes e discentes), MD indica possibilidade de greve sanitária. **Orientação: só retornar com esquema vacinal e condições sanitárias (conjuntura externa e interna).**

13/05/2021- Aprovação de paralisação contra o **Projeto de Lei (PL) nº 5595/20** (inclui ensino enquanto atividade essencial). A decisão foi encaminhada à reunião dos Setores das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior do ANDES-SN (Iees/Imes e Ifes).

25/05/2021- Nota conjunta do Fórum das AD's contra PL 5595/20: O Fórum das ADs, em consonância com as deliberações do ANDES-SN, reafirma o



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

compromisso de defesa da vida e da **vacinação de todos e todas como condição para o retorno presencial** das atividades da educação. Acrescente-se luta pela **autonomia** das IES.

15/07/2021 – Fórum das AD's se posiciona contra **decreto do Governo do Estado** que permitia retorno presencial (e ameaçava corte de salário). Público da escola e universidade: 50% vacinados/as. E sem reformas estruturais para garantir segurança.

### **ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE DECISÃO DO RETORNO:**

30/09/2021 – **Adufs debate Plano de retomadas das atividades presenciais**. Documento apresentava etapas para uma retomada progressiva (20, 40, 60%, 100%) e critérios para avanço de cada uma das etapas. Aprovada a etapa dos 20% (disciplinas da área de saúde) e atividades administrativas. Exigiu-se que para avançar a cada próxima etapa, deveria ser apresentado: a) condições sanitárias, b) atendimento aos critérios, c) apreciação da assembleia.

23/10/2021- O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UEFS aprovou que a partir de fevereiro de 2022, todas as atividades acadêmicas da instituição ocorrerão no formato presencial. A decisão, advinda de um processo confuso e atropelado, na última quinta-feira (21), assustou alguns dos presentes por diversos motivos, inclusive por ferir a democracia interna da universidade (ponto incluído no início da reunião). O Plano de Retomada das Atividades Presenciais e o Plano de Etapas de Retomada Presencial já tinham estabelecido a volta aos trabalhos e estudos de forma paulatina, considerando os critérios necessários à manutenção da saúde e segurança de todos, diante dos riscos impostos pela pandemia da Covid-19 à vida. Desdobramentos: questionamento aos/às representantes do Consepe sobre a decisão (que não foi discutida com as bases) e pedido de recurso da votação ao Consu (Dcbio). **Adufs que pautava retorno condicionado à vacina e condições sanitárias, seguiu questionando as condições sanitárias da universidade (assembleia - Consepe).**

04/02/22- Fórum das AD's se posiciona sobre o retorno nas Ueba: "É preciso garantir as medidas necessárias para que não coloquemos vidas em risco. Serão fundamentais as testagens, cobrança do comprovante de vacinação de estudantes e servidores, estruturas das salas, distanciamento social, uso de máscaras e um acompanhamento rigoroso da situação da pandemia pelos comitês de biossegurança" (Ronalda-Fórum das Ads).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## **ACOMPANHAMENTO DAS CONDIÇÕES DO RETORNO:**

17/02/22- Com retorno do semestre 2022.1 (presencial). Adufs anuncia que estará acompanhando as condições do retorno através da própria diretoria, Conselho de representantes departamentais e reuniões ampliadas (Comando de mobilização).

09/03/22 – Faltando uma semana para retorno das atividades, assembleias discutiram a obrigação do Estado/Reitoria fornecer máscaras. Duas propostas: a) retornar e continuar reivindicando, b) só retornar com a confirmação da distribuição. Entre uma assembleia e outra, Reitoria se reúne com diretoria e garante distribuição: apresenta estoque e que reporá a partir da demanda. No primeiro dia de aula, mobilização no pórtico pressionou para que o acordo fosse cumprido.

19/04/22 – Discussão sobre facultatividade do uso da máscara. Decreto do Governo autorizou uso facultativo. Reitoria, através da Comissão de acompanhamento do Plano de retomadas (fundamentado pelo Comitê de acompanhamento da pandemia, pela análise conjuntural das condições sanitárias) resolveu autorizar a facultatividade (com exceções: clinicas, atendimento ao público externo, campo de estágio, transporte). Assembleia questionou politicamente a instância de decisão e encaminhou que houve falha no formato, que a decisão deveria ser invalidada e remetida ao Consepe (e com tempo para que a apreciação viesse da base). Em paralelo, dialogar com demais setores na universidade: servidores técnicos e analistas e estudantes.

## **SESDUEM**

Retornamos presencialmente no começo de janeiro de 2022, com o aumento de casos houve a suspensão das aulas por parte da reitoria, com um movimento de um grupo de alunos e alunas ligados a um deputado estadual do MBL houve um movimento forte que acabou por impor o retorno presencial no dia 31/01/2022, foram adotados protocolos sanitários, mais se percebeu muito a transferência de responsabilidades para os centros e departamentos. Preocupação com os efeitos maléficos da aprovação e implementação que a LGU vai trazer para todas as IEES paranaenses, trazendo já uma divisão de opiniões nas comunidades acadêmicas e até mesmo no movimento sindical. Também trago os preocupantes dados dos resultados



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

dos vestibulares da UEPG, UEL e UEM que tiveram várias turmas que não tiveram suas vagas preenchidas,

## **ADUNICAMP**

A Unicamp produziu um plano de retorno que prevê entre outros a exigência do plano vacinal completo para todos os servidores docentes e técnico-administrativos e discentes, todos que iam retornar foram testados pela universidade, distribuição de álcool 70% e máscaras, adaptação dos espaços físicos, como as salas de aula, moradia estudantil, laboratórios etc. O plano também prevê a possibilidade de se retroagir na execução do plano mediante a piora dos indicadores da pandemia. Seguindo este plano, a Unicamp começou o retorno gradativo no início do ano de 2021, que com a piora da pandemia foi interrompido e voltando ao estado de antes do início do retorno. O segundo momento, teve início em setembro de 2021 com o retorno dos docentes e técnico-administrativos e em março de 2022 dos discentes. A crítica, mais recorrente, ao plano é sobre a forma como ele foi elaborado do que o conteúdo em si, uma vez que ele foi construído por um comitê de especialistas indicados pela reitoria sem ouvir a comunidade universitária.

## **ADUEPB:**

- Todas as atividades acadêmicas presenciais na UEPB serão retomadas a partir do dia 25 de abril, quando iniciará o semestre letivo 2022.1. A data está em consonância com a posição que a categoria tomou em assembleia, a partir dos indicadores de cobertura vacinal e da melhoria do quadro sanitário em todo o Estado.
- A Instituição, através do Comitê de contingência e crise Covid 19 organizou e divulgou em sua página uma cartilha sobre protocolos de segurança com orientações sobre procedimentos necessários para o retorno das atividades acadêmicas presenciais.
- Embora a organização dos “Protocolo de segurança” do Comitê ações Covid-19/UEPB, seja de extrema importância como documento orientador para a comunidade acadêmica, a Adupeb entende que a garantia do retorno seguro não é algo apenas “protocolar”. Nesse sentido, objetivando dialogar com a categoria sobre



## Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

as condições de infraestrutura, biossegurança e político-pedagógicas dos diversos centros, realizou uma rodada de visitas e reuniões com Diretores/as de Centros, Chefes de Departamentos e Coordenadores/as de Cursos dos 08 Campi da Instituição. No geral, foi possível observar os seguintes aspectos:

- **Condições de Infraestrutura:** A maioria dos centros está passando por reformas, especialmente no que se refere a ampliação do número de banheiros e de construção de novas salas de aula. Entretanto, mesmo com a construção de salas e banheiros, este ainda é um problema de infraestrutura muito sério na Instituição. No que se refere a salas/ ambientes para professores, esse é um problema estrutural na maioria dos centros, visto que, as poucas salas existentes são muito pequenas, não oferecem condições seguras para permanência de professores na Universidade.
- **Condições de Biossegurança:** A gestão da UEPB tem emitido orientações gerais para a comunidade acadêmica com base nos decretos vigentes na Paraíba. Fomos informados nas diversas reuniões que o Comitê ações Covid19 da Instituição tem realizado reuniões com Diretores/as, Chefes de Departamentos e Coordenadores de cursos, no sentido de orientar as ações de medidas de segurança a serem tomadas no retorno das aulas (disponibilização de totens com álcool gel, demarcação de espaços, organização das cadeiras nas salas de aula, entre outros). Disponibilização na página da UEPB de Formulários de cadastro para controle de vacinados da comunidade acadêmica da UEPB; e de Monitoramento das medidas de proteção à saúde dos membros da comunidade acadêmica, etc.
- **Condições Político-pedagógicas:** Dois problemas comuns seríssimos em todas os centros são: a superlotação de turmas (tem cursos que tem turmas com 60 alunos/as), de laboratórios (capacidade para 10 alunos, tem o dobro). Além da grande quantidade de alunos por turmas, um agravante a isso, são o tamanho das salas, em muitos centros, são pequenas. O outro problema, considerado mais grave pelos Diretores/as e chefes de departamento, é o grande número de professores substitutos (a UEPB tem atualmente, em torno de 400 professores substitutos). Como as atividades dos professores substitutos limitam-se a ministrar aulas (pela natureza do contrato), os professores efetivos são sobrecarregados com acúmulo de funções sejam administrativas ou pedagógicas, como: orientações, pesquisas, extensão, carga horária de aulas, atuação na pós-graduação, etc. Vale salientar que nos últimos dois anos, além de mortes por covid-19, muitos professores requereram aposentadoria, e até o momento não houve concurso público. Há uma grande reclamação de professores autodeclarados com comorbidades e que tem acima dos 60 anos, que a Universidade não tem garantido o direito de os mesmos continuarem desenvolvendo suas atividades acadêmicas de forma remota. Esse certamente, será um dos grandes problemas a serem enfrentados no retorno das atividades presenciais.



### Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- **Do ponto de vista salarial**, em janeiro/22, a categoria tem 10% de reajuste, depois de uma intensa luta em conjunto com o Fórum dos Servidores Públicos do Estado.
- **No que se refere a Carreira Docente**, a Aduebp continua na luta pela derrubada da Lei 10.660/16 que congelou reajustes e progressões dos servidores públicos do Estado. A rigor, tal lei só tem funcionado para os servidores da UEPB, visto que, impede a gestão de implementar as progressões. A Aduebp tem articulado junto a deputados da base do governo iniciativas para que a mesma seja revogada, de acordo com um dos deputados, o governador se comprometeu a enviar um PL para a ALPB. Atualmente continuamos em negociação para o desbloqueio das progressões e para o pagamento dos retroativos de progressões de anos anteriores, tem uma reunião tripartite (Governo, Reitoria e Sindicatos) agendada para o próximo dia 27/04. Continuamos trabalhando, em nosso GT Carreira criado em assembleia, uma proposta de mudanças do PCCR corrigindo algumas distorções, principalmente no fim de carreira.